



PALACETE RIBEIRO DA CUNHA

APELO À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Lisboa, 30 de Maio de 2006

Ex.mo Senhor Presidente da CML
Ex.ma Sr^a Vereadora do Urbanismo
Ex.mo Sr.Vereador da Cultura
Ex.mo Sr.Vereador dos Espaços Verdes
e restante Vereação

Considerando que,

- A proposta nº 243 a ser discutida amanhã, dia 31 de Maio, é apresentada como sendo um plano de pormenor, mas **é apenas um projecto de ampliação e construção nova para um determinado edifício**, edifício neo-mourisco do séc.XIX, inserido na área de protecção do Jardim Botânico;
- Mesmo como plano de pormenor, esta **proposta não respeita o PDM no seu artigo 33º**, designadamente quando se refere à excepção à interdição da ocupação dos logradouros com construções ou pavimentos permeáveis, inclusive estacionamento subterrâneo em 20%: o projecto prevê uma ocupação de quase 100% do logradouro;
- **Esta proposta não respeita o perímetro de protecção do Jardim Botânico**, sendo que, inclusive, o projecto implicará forte impacto visual desde o Jardim Botânico e, mesmo, desde a Avenida da Liberdade;

- **Esta proposta, a ser aprovada, consistirá um precedente grave em termos de destruição dos cerca de 20 logradouros** dos palacetes e demais vizinhos que circundam o Jardim Botânico, designadamente as traseiras dos da Rua do Salitre e da Praça da Alegria, ambos objecto de protecção do plano da Avenida da Liberdade (o Jardim Botânico passará a ser o logradouro dos prédios vizinhos?);
- **Esta proposta reduz consideravelmente o actual jardim** (de 3.330 m2 para 2.190 m2) e **aumenta quase para o dobro a área de construção** (de 1.290 m2 para 2.430 m2);
- **Esta proposta apresenta o pressuposto falso de que é o de tentar fazer crer que é possível plantar sobre o estacionamento subterrâneo** “um espesso coberto vegetal, de árvores de grande porte, que recobrirá parte da construção enterrada” (!);
- **Esta proposta não é suportada em nenhum estudo hidrogeológico, de impacte de tráfego ou de impacte nas estruturas** dos prédios sob o jardim;
- **Esta proposta não se destina a qualquer “hotel de charme”** à europeia mas antes à empreitada de um hotel de grandes dimensões (55 quartos duplos, ampla zona de reuniões e conferências, restaurantes, salas, *health club* e 30 lugares de Estacionamento) numa zona romântica, pacata e que importa preservar.

Apelamos à CML (a toda a Vereação) que retire esta proposta de agenda, abrindo espaço ao debate com vista a:

1. **Elaboração de plano de pormenor para toda a Praça do Príncipe Real**, englobando a recuperação e reutilização do valiosíssimo edificado, recuperação dos logradouros, condicionamento do trânsito, ordenamento do estacionamento, reabertura da linha de eléctrico, etc.
2. **Iniciar desde já procedimentos com vista ao encontro de potenciais investidores** (começando pelo investidor estrangeiro que já mostrou vontade em investir no Príncipe Real), e **estabelecimento de contactos com as instituições públicas, proprietárias de alguns dos palacetes vizinhos** ao Palacete Ribeiro da Cunha, hoje devolutos, com vista à sua cedência para projecto alternativo e efectivo de “hotel de charme”, em regime de várias antena(s)/pólo(s), de modo a deixar-se intacto o logradouro actual e de modo a reaproveitar-se as antigas cavalariças (classificadas juntamente com o palacete e jardins) - alguém já viu como se faz lá fora um “hotel de charme”?

Paulo Ferrero, Luís Pedro Correia e Nuno Caiado (Pelo Fórum Cidadania Lx)
António Branco Almeida (pelo bloque “Sétima Colina”)
e João Pinto Soares (pela Associação Lisboa Verde)